

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-292-0

DOI 10.22533/at.ed.920192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, democratizando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Este 1º volume reúne um total de 28 artigos que dialogam com o leitor sobre importantes temas que envolvem a violência sexual, de gênero e contra a mulher, transexualidade, sexualidade no ambiente escolar e no trabalho, racismo, diversidade de gênero, atuação profissional feminina, direito, educação, prática de esporte e da arte, sempre com temas relativos a mulher, sexualidade e gênero.

Assim fechamos este 1º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRANSEXUAL: INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL	
André Luis Penha Corrêa Lucas Lopes Grischke	
DOI 10.22533/at.ed.9201926041	
CAPÍTULO 2	7
A DUALIDADE ENTRE O <i>SER MULHER</i> E O <i>SER POLICIAL</i> : DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”	
Daniela Cecilia Grisoski Eneida Silveira Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.9201926042	
CAPÍTULO 3	18
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA-PARANÁ	
Gabriela Daniel de Campos Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.9201926043	
CAPÍTULO 4	28
A MULHER REPRESENTADA PELA IGREJA PRESBITERIANA NOS ANOS 70: A REVISTA ALVORADA E A IMAGEM FEMININA	
Daniela Emilena santiago Dias de Oliveira Ricardo Gião Bortolotti	
DOI 10.22533/at.ed.9201926044	
CAPÍTULO 5	38
A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Nathaly Cristina Fernandes Carolina dos Santos Jesuino da Natividade	
DOI 10.22533/at.ed.9201926045	
CAPÍTULO 6	47
A SEXUALIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO	
Camila Campos Vizzotto Alduino Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9201926046	
CAPÍTULO 7	62
ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: HISTORICIDADE, AVANÇOS E DIFICULDADES	
Adriana Cristina Dias Lopes Allan Jones Miranda de Souza Claudia Ramos de Souza Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.9201926047	

CAPÍTULO 8	74
BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA	
Ana Tereza da Silva Nunes	
Jair da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.9201926048	
CAPÍTULO 9	85
DIVERSIDADE E GÊNERO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA ATIVA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Daniela Copetti Santos	
Luciane Carvalho Oleques	
Juliane Oberoffer Santos da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.9201926049	
CAPÍTULO 10	90
DO PRIVADO AO PÚBLICO: IDENTIDADES FEMININAS CATÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS SENTIDOS	
Joyce Aparecida Pires	
DOI 10.22533/at.ed.92019260410	
CAPÍTULO 11	104
ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	
Gisele Quinallia	
Juliene Maldonado Orosco de Andrade	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
DOI 10.22533/at.ed.92019260411	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVEDO RESPEITO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE DINÂMICAS	
Nathália Hernandez Turke	
Felipe Tsuzuki	
Virginia Iara de Andrade Maistro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260412	
CAPÍTULO 13	123
ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL	
Paula Land Curi	
Nayalla Buarque	
Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.92019260413	
CAPÍTULO 14	129
ESPAÇO EMPRESARIAL E A RELAÇÃO ORGANIZACIONAL COM SUAS FUNCIONÁRIAS MULHERES	
Catharina Correa Polachini	
Keila Isabel Botan	
Andreza Marques de Castro Leão	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260414	

CAPÍTULO 15	141
ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
Wellisson de Oliveira Camilo Jr	
DOI 10.22533/at.ed.92019260415	
CAPÍTULO 16	152
FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	
Vanessa Elias	
DOI 10.22533/at.ed.92019260416	
CAPÍTULO 17	166
FUTEBOL DE MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	
Martina Gonçalves Burch Costa	
Giovanni Felipe Ernst Frizzo	
DOI 10.22533/at.ed.92019260417	
CAPÍTULO 18	173
INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Lilian Silva de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.92019260418	
CAPÍTULO 19	190
MEMÓRIAS DE UM RECITAL DE PIANO: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	
Giácomo de Carli da Silva	
Cristina Rolim Wolffenbüttel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260419	
CAPÍTULO 20	197
NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE	
Fernanda Dias Coelho	
Ludmila Mourão	
DOI 10.22533/at.ed.92019260420	
CAPÍTULO 21	210
O PARADOXO DA INCLUSÃO: UM ENSAIO PÓS-ESTRUTURALISTA SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS	
Andressa Regina Bissolotti dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92019260421	
CAPÍTULO 22	225
PARA ALÉM DO MATCH: TINDER NA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CORPOS	
Maria Cecilia Takayama Koerich	
DOI 10.22533/at.ed.92019260422	

CAPÍTULO 23	231
POR UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE: INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988	
Silvana Santos Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.92019260423	
CAPÍTULO 24	242
QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO	
Aline Luiza de Carvalho Márcia Stengel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260424	
CAPÍTULO 25	258
QUE VOZ É ESSA QUE FALA POR MIM? A LUTA DO INSTITUTO GELEDÉS POR DIGNIDADE, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Breenda Karolainy Penha Siqueira Jamilly Nicácio Nicolete	
DOI 10.22533/at.ed.92019260425	
CAPÍTULO 26	270
RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET	
Márcia Stengel Nádia Laguárdia de Lima Jacqueline de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.92019260426	
CAPÍTULO 27	286
RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: RELATO DA EXPERIÊNCIA COM A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MULHERES EXTRAORDINÁRIAS - FRAGMENTOS DE LUTA E SUPERAÇÃO”	
Jéssica Aparecida Chaviuk Francisco Cíntia de Souza Batista Tortato	
DOI 10.22533/at.ed.92019260427	
CAPÍTULO 28	298
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL	
Brenda L. Assis Lisboa Walquirene Nunes Sales Driene N. Silva Sampaio Amanda C. Ribeiro Costa Gláucia C. Silva-Oliveira Aldemir B. Oliveira-Filho	
DOI 10.22533/at.ed.92019260428	
CAPÍTULO 29	310
ENTRE TREVAS E ARCO-ÍRIS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	
Marina de Almeida Borges Ana Cristina Nassif Soares	
DOI 10.22533/at.ed.92019260429	

CAPÍTULO 30 317

SUICÍDIO NO PÚBLICO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT):
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2013-2018

Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão

Pablo Nascimento Cruz

Fábio Batista Miranda

Jaíza Sousa Penha

Nayfrana Duarte de Sousa Oliveira

Fabrcio e Silva Ferreira

Wochimann de Melo Lima Pinto

Natalie Rosa Pires Neves

Nayra Michelle Anjos Amorim

Raylena Pereira Gomes

Rose Daiana Cunha dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.92019260430

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL

Brenda L. Assis Lisboa*

Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Vulneráveis, Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

Walquirene Nunes Sales*

Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher e da Criança, Hospital Santo Antonio Maria Zaccaria & Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

Driene N. Silva Sampaio

Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher e da Criança, Hospital Santo Antonio Maria Zaccaria & Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

Amanda C. Ribeiro Costa

Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém PA, Brasil.

Gláucia C. Silva-Oliveira

Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Vulneráveis, Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

Aldemir B. Oliveira-Filho

Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Vulneráveis, Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

RESUMO: Diante da realidade enfrentada por mulheres profissionais do sexo recorrentes do contexto histórico de marginalização, discriminação e violência presentes no ambiente de trabalho, bem como no exercício da profissão, este estudou objetivou identificar o que as mulheres que trabalham como profissionais do sexo no município de Bragança, região nordeste do Pará, tem a dizer sobre a violência em seu ambiente de trabalho através de suas percepções e experiências. Trata-se uma pesquisa qualitativa que utilizou amostragem por conveniência (não probabilística) para acessar 24 mulheres que atuavam no comércio sexual do município de Bragança, através de entrevista com áudio gravado foi possível coletar informações das participantes à respeito das percepções de violências no contexto que circundam o seu exercício profissional. Os resultados obtidos indicaram grande prevalência de episódios de violência no cotidiano do trabalho dessas MPS, destacando a ocorrência de violência física, verbal e sexual sendo impulsionadas pela discriminação e juízos de reprovação da sociedade, em especial, de seus clientes para com essas profissionais. Dessa forma, conclui-se que o grande índice de prevalência de violência no cotidiano profissional das mulheres

*As autoras contribuíram igualmente para o desenvolvimento do estudo e a escrita do capítulo.

profissionais do sexo que atuam no município revelam a realidade enfrentada por essas trabalhadoras, o que concerne com a significação marginal construída historicamente sobre essa profissão e que são sustentadas até a atualidade.

PALAVRAS-CHAVES: Violência, Mulheres Profissionais do Sexo, Brasil.

VIOLENCE AGAINST WOMEN: PERCEPTIONS AND REPORTS OF FEMALE SEX WORKERS IN THE COASTAL AREA OF NORTHERN BRAZIL

ABSTRACT: In view of the reality faced by recurring female sex workers in the historical context of marginalization, discrimination and violence present in the work environment, as well as in the exercise of the profession, this study aimed to identify what women working as sex workers in the municipality of Bragança, northeast region of Pará, has to say about violence in their work environment through their perceptions and experiences. It is a qualitative research that used convenience (non-probabilistic) sampling to access 24 women who worked in the sexual commerce of the municipality of Bragança through an interview with recorded audio was possible to gather information from the participants about the perceptions of violence in the context surrounding their professional practice. The results indicated the high incidence of episodes of violence in the daily work of these MPS, highlighting the occurrence of physical, verbal and sexual violence being driven by discrimination and judgments of the society, especially of its clients towards these professionals. Thus, it is concluded that the high prevalence rate of violence in the professional daily life of female sex workers working in the city reveals the reality faced by these workers, which concerns the marginal significance historically built on this profession and which are sustained until the actuality.

KEYWORDS: Violence, Female sex workers, Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (2002), caracteriza a violência como “uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. No decorrer da história da humanidade, as mulheres têm sido um grande alvo de opressões, manifestadas de diversas formas, relacionadas à sua cor, etnia, classe social e profissão. Dessa forma, as profissionais do sexo, na condição de mulher, não escapam do cenário de violência, principalmente quando levado em consideração o histórico de estigmatização construído sobre quem exerce serviços sexuais (Moreira, 2009).

De acordo com Penha (2012), a prostituição é uma prática sexual remunerada, a qual, geralmente não requer a existência de um vínculo afetivo entre as pessoas que a realizam, ou seja, há uma troca de prazeres sexuais por dinheiro ou bens materiais. No entanto, essa prática é vista pela sociedade como um ato de repugnância e ilícito,

resultando em um contexto de violência construído no decorrer da história, manifestada de várias formas contra as mulheres profissionais do sexo no exercício de sua profissão (Yunes, 2001). Mediante à essas questões, há muito tempo os profissionais desse ramo e pessoas que lutam por suas causas visam tornar a profissão mais digna e segura e vêm tentando dar visibilidade e reconhecimento a esse público. Consequentemente, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reconheceu por meio da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) a prostituição como profissão. No entanto, mesmo com esses avanços, o fardo imposto pela sociedade interfere diretamente no exercício de seus serviços, deixando-as sucessíveis e vulneráveis às diversas formas de violência que se manifestam no ambiente de trabalho, que de acordo com Moreira e Monteiro (2012), entre os vários riscos, estão aqueles relacionados às agressões, pois as mulheres não escolhem os clientes e a violência nesse cenário é constante, tanto física como abusos sexuais, tráfico de mulheres, estupros, roubos, insultos, xingamentos e outros, manifestados por humilhações, ofensas verbais e morais

Diante disso, estudos realizados na América Latina (BELL, 2009) demonstram que mulheres profissionais do sexo estão sujeitas regularmente à violência que se assume de diversas formas, incluindo arbitrária, confinamentos, agressão física e sexual, tortura e assassinato. No contexto brasileiro, uma pesquisa realizada em dez cidades do país que investigou fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo (Lima et al. 2017), mostra que a maioria das participantes alegaram terem sido agredidas verbalmente e mais de um terço sofreu abuso físico no ambiente do trabalho sexual por clientes e policiais.

Levando em consideração que na região norte, há poucos estudos em relação à temática de violência no ambiente de trabalho dessas mulheres e dentre tais, encontra-se um estudo sobre o sentido da violência no cotidiano da prostituição feminina realizado em Teresina, localizada no estado do Piauí (Penha, 2012), que demonstrou como é comum a ocorrência de violência contra mulheres profissionais do sexo que atuam no estado, apontando os locais em que trabalham como determinantes para esses episódios. Todavia, não há registros de relatos científicos sobre a violência em MPS no estado do Pará. Neste sentido, o presente estudo identificou o que as mulheres que trabalham como profissionais do sexo no município paraense de Bragança tem a dizer sobre a violência em seu ambiente de trabalho através de suas percepções e experiências.

2 | MÉTODOS

Este estudo pode ser caracterizado como de cunho qualitativo, de natureza descritiva e exploratória. O método qualitativo pode ser empregado ao estudo da história, das opiniões, das crenças, das relações, das percepções, e das interpretações que os seres humanos fazem a respeito de seu modo de vida, constroem seus aparatos

e a si mesmos, sentem e pensam (Minayo, 2006).

O público-alvo do estudo foram MPS que atuam no município de Bragança (Figura 1). Esse município está localizado na região nordeste do estado do Pará, norte do Brasil. Ele possui 124.184 habitantes, distribuídos numa área territorial de 2.091 Km². Porém, o município de Bragança se destaca pelas belezas naturais e imensa riqueza histórica e cultural que constituem atrativos que anualmente intensificam o fluxo de pessoas e produtos no município. O município de Bragança também é considerado o maior polo pesqueiro do estado do Pará, norte do Brasil. A economia do município é fortemente baseada na pesca, sendo também expressiva no extrativismo de caranguejos e na agricultura (IBGE 2017). As áreas portuárias e alguns pontos de lazer no município de Bragança como: praias, balneários, bares e orla, se destacam como importantes pontos de comércio sexual, e esses fatores contribuem para que haja um fluxo constante dessas mulheres, que se intensifica em períodos específicos como, por exemplo, chegada de embarcações pesqueiras e tempos de festas regionais.

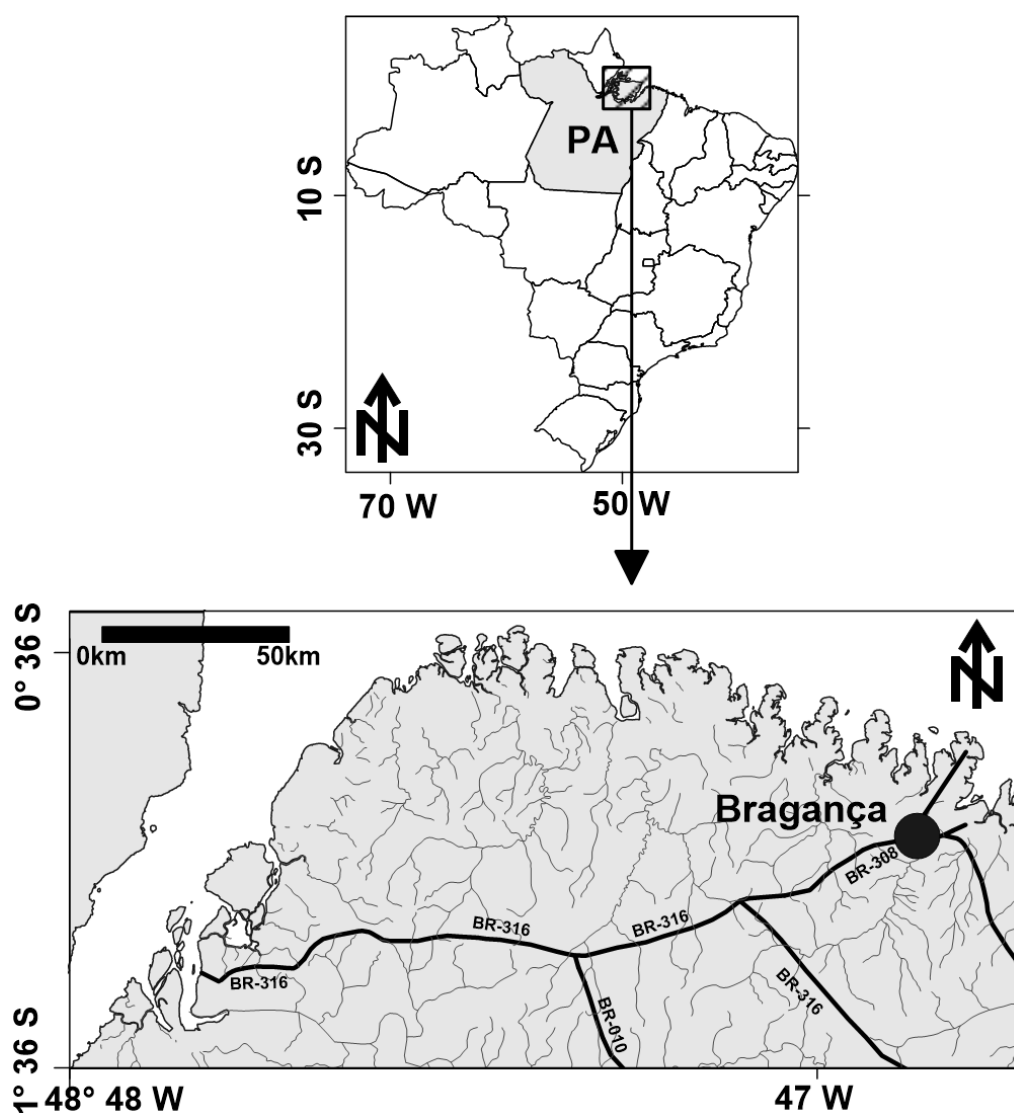


Figura 1: Localização geográfica do município de Bragança, Pará (PA).

Nesse sentido, a amostragem por conveniência (não probabilística) foi utilizada para acessar as mulheres que atuavam no comércio sexual do município de Bragança.

Na amostragem por conveniência, os participantes do estudo são escolhidos por conveniência ou por facilidade (Medronho e Bloch, 2008). Neste estudo, a conveniência ocorreu por meio da seleção de mulheres que compreenderam os objetivos do estudo e se disponibilizaram em colaborar com o mesmo. Para isso, visitas aos locais de trabalho das MPS foram realizadas (bares, casas de prostituição, feira livre e entre outros). A princípio foram esclarecidos os objetivos do estudo e da necessidade de indicar outras mulheres que participavam do comércio sexual.

Os critérios de inclusão do estudo foram: ser do sexo feminino, ter idade igual ou superior à 18 anos, estar trabalhando no município de Bragança há pelo menos três meses, concordar em participar voluntariamente do estudo e assinar termo de consentimento livre e esclarecimento. Diversas MPS foram acessadas em seus locais de trabalho ou na sua própria casa. As informações foram obtidas através de entrevista aberta e com áudio gravado. A mesma foi constituída por perguntas abertas acerca das características socioeconômicas, da vivência como profissional do sexo e a sua relação com a violência. Posteriormente, as entrevistas gravadas foram transcritas para arquivos no Microsoft Word e, posteriormente, para análise de padrões sobre o fenômeno em estudo. As respostas das participantes possibilitaram o conhecimento ontológico do fenômeno da violência, naquilo que parte da consciência e do vivido em relação ao pesquisado. A coleta de informações aconteceu no período de agosto de 2017 a março de 2018. As características originais da fala das participantes foram conservadas, dessa forma podendo a escrita apresentar erros da linguagem corrente. Para garantir o anonimato, as participantes do estudo serão referidas neste trabalho pela sigla MPS, referente à mulheres profissionais do sexo, e o número correspondente à ordem de realização da entrevista.

O projeto “Histórias, percepções e relatos de mulheres profissionais do sexo que atuam na região costeira do Pará”, o qual está vinculado este estudo, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Núcleo de Medicina Tropical, Universidade Federal do Pará.

3 | RESULTADOS

No total, 24 MPS participaram do estudo. A idade média foi de 26 anos. A maioria delas se declarou parda, solteira, ter pelo menos um filho e já ter praticado aborto. As participantes alegaram ter iniciado a vida sexual na adolescência, cuja idade mínima detectada foi de 13 anos e a máxima de 15 anos. Estas alegaram, também, ter ingressado no comércio de serviços sexuais ainda nesse período, algumas motivadas por questões que transcendem a busca pela ascensão econômica:

“Foi a primeira vez que eu me prostituir, no caso eu encontrei uma pessoa que pagaria pelo... pelo programa no caso, praí por necessidade mesmo eu fui, pra mim poder conseguir o dinheiro pra o remédio pra mim poder é... tirar a criança” (MPS 13).

Quanto à renda mensal, as MPS conseguem acumular com os serviços sexuais R\$ 510,00, em média. Além disso, oito profissionais reiteraram serem naturais do município de Bragança, as demais informaram procedência de outros municípios do estado do Pará, como: Ananindeua, Belém, Capitão Poço, Castanhal e Vigia.

Atualmente, as participantes deste estudo trabalham principalmente de forma autônoma, atuando em vários pontos de Bragança como: feira livre, áreas portuárias, praias e bares. Doze MPS alegaram que possuem clientes fixos, os quais já mantem relação sexual há vários anos. Porém, 20 mulheres declararam frequentar ou já ter frequentado casa de prostituição. Todavia, a maioria das profissionais consideraram esses locais de prostituição violentos, inseguros e não propícios para o trabalho.

As participantes deste estudo demonstraram conhecimento de todos os tipos de violência e consciência da vulnerabilidade e situação de risco que estão expostas, enquanto profissionais do sexo, como observado em seus relatos:

“Ah, hoje violência tá acho que no dia-a-dia né? De cada um. Eu acho que as agressões, não só fisicamente, mas verbalmente, já se torna uma violência” (MPS 1).

“Nessa vida, né? Que nós temos desse tipo de profissional a violência, querendo ou não, as vezes tá muito presente” (MPS 20).

A respeito da violência sofrida no exercício da profissão, maior parte das mulheres relataram terem sido vítimas de alguma forma de violência, em maior frequência a violência verbal e física. As agressões verbais ocorreram em locais distintos: no local de prática sexual, no bar, na rua e em casa, no caso das que trabalham às escondidas, por clientes, familiares e conhecidos:

“Eu sofria muita discriminação assim quando eu morava no castelo (interior do município). Quando eu entrei nesse trabalho, aí as pessoas comentavam muito, eu sentia muita discriminação. Por onde eu passava as pessoas ficava jogando piada ou indiretas e eu não gostava disso e foi um dos motivos por qual eu vim embora de lá” (MPS 12).

“Uma amiga minha foi sair com um e eu sai com o amigo dele, e aí eu terminei primeiro, né?. Liguei pra ela pra dizer. Mas aí ele ficou com raiva lá no motel aí chamou a gente de vagabunda, de puta, de vadia, de monte de coisas ruins” (MPS 4).

Além disso, outro achado importante desse estudo foi quanto o elevado número de relatos sobre violência física no local de trabalho, em que o agressor foi o cliente em todos os casos. Os principais motivos das agressões físicas expostos foram: a não realização do serviço sexual pelas profissionais, a recusa ou dificuldade de pagar o valor do programa sexual; e o não atendimento às exigências sexuais e fantasias do cliente:

“Uma vez que num tava muito disposta, né? Neguei, o cara me machucou. É, uma agressão física mesmo. Porque eu não queria, na hora não tava muito me sentindo bem, então ele me bateu” (MPS 9).

Ainda sobre as agressões no ambiente de trabalho, a ocorrência de violência sexual também foi detectada:

“Sim, é por que o meu cliente queria fazer sexo anal, aí eu não fazia. Na hora que tava fudendo, ele me segurou e a força enfiou no meu cu. Isso foi o que mais me marcou. Lembro como se fosse ontem. Foi sem eu querer, na marra mesmo, entende?!” (MPS 10).

Pode-se observar que fatores como, por exemplo, os locais em que a maioria delas trabalha ou trabalhou pode oferecer maiores riscos de agressões, como é o caso dos prostíbulos.

“... porque elas pega os homem, elas apanho de homem, elas fumo as droga lá, sabe? Lá pode acontecer tudo. É muito violento aquilo ali pra elas, é triste!” (MPS 15).

Em contrapartida, detectou-se um baixo índice de violência contra as profissionais que possuem clientes fixos e que não assumem sua profissão, ou seja, que exercem serviços sexuais de forma mais discreta, até mesmo, sigilosa:

“... não, não sofri nenhum tipo de violência. Como eu já tenho meus clientes fixos, né? Eu nunca tive esse tipo de problemas com eles. Foi bem selecionado esses meus clientes” (MPS 14).

Além disso, destaca-se que a ausência de registros oficiais das agressões sofridas pelas MPS no município paraense de Bragança. Elas justificaram que não existe nenhuma atenção, medida ou estratégia voltada para esse público por parte dos órgãos de segurança no município:

“[...] eles não vão atrás. Uma, se for uma mulher de programa eles não vão nem ligar. Eles não vão dá importância. Entra por um ouvido e sai pelo outro entendeu?” (MPS 21).

“Sempre tem aquele preconceito com esse tipo de profissional. Então elas são um zero à esquerda na sociedade, ninguém faz muito, é como os policiais falassem assim: elas tão ali, então elas querem, elas que estão procurando e eu não posso fazer nada, problema delas” (MPS 24).

No tocante a isso, muitas mulheres afirmaram se sentirem desprotegidas e, ainda, serem alvos de discriminação e violência por parte de policiais:

“Eu já fui agredida, quase perdi meu filho, humilhação presenciando eles, não é agredindo mano, sabe? É pior que no tempo da escravidão, entendeu? Querer forçar a pessoa falar uma coisa que não fez, querer obrigar só porque eles tão com uma farda de bosta” (MPS 17).

4 | DISCUSSÃO

Existe uma pluralidade de motivos que fizeram essas mulheres adentrarem no comércio sexual. A precariedade econômica se revela como um deles, encontrando neste ramo uma forma mais “fácil” de suprir suas necessidade. O resultado relacionado ao período em que as participantes deste estudo entraram no comercio sexual foi

semelhante ao encontrado nos relatos de MPS em outro estudo realizado em 10 cidades brasileiras (Lima et al. 2017). Muitas mulheres, em especial jovens e adolescentes, iniciam na prostituição por parecer a solução de suas dificuldades financeiras, mesmo que momentaneamente. França (2017), afirma que sem entrar na atração pela prostituição ou em suas condições de trabalho, do ponto de vista econômico, a decisão de iniciar essa atividade pode acontecer diante de graves dificuldades econômicas. O resultado correspondente à renda mensal média proveniente dos serviços sexuais das MPS que atuam no município de Bragança é considerado baixo em relação aos encontrados em outras regiões do país. No estado do Piauí, por exemplo, a renda média dessas mulheres é em torno de um salário mínimo (Penha 2012).

A consciência que as participantes possuem a respeito da violência pode ser fundamentada nas experiências vividas que marcaram a trajetória dessas mulheres e no que diz respeito à vulnerabilidade, observou-se que o fato de encararem as violações contra seu corpo, seus serviços e seus direitos, como um ato “normal” representa uma forma de “adaptação”, ou seja, incorporando a violência na qual estão expostas como um ato comum que profissionais do sexo tendem à enfrentar. Nesse contexto Diniz (2009) destaca que há nessa percepção uma disposição cada vez mais preocupante que é a naturalização da violência pelo próprio segmento, ou seja, há um conformismo que se manifesta pela visão de naturalização das prostitutas diante dos fatos adversos, como por exemplo, a violência.

Sobre a violência expressada no cotidiano da profissão, as agressões verbais vivenciadas pelas MPS revelam os estigmas atribuídos à elas e que se sustentam até os dias atuais, acarretando na situação de humilhação, discriminação e violação, enquanto mulher e profissional, por familiares, conhecidos e clientes, corroborando com a imagem moralmente ilícita da mulher profissional do sexo perante à sociedade. A percepção predominante da sociedade acerca das prostitutas é construída a partir da condição das regras e normas vigentes na sociedade, a construção de sua identidade e dos mecanismos de discriminação e preconceito em relação à essas práticas, decorrem de sucessivos fatos históricos atribuídos às mulheres profissionais do sexo (Diniz, 2009).

Além do mais, os dados alarmantes do elevado número de relatos de violência física podem ser interpretados como a visão machista e estereotipada dos clientes em relação aos serviços dessas profissionais, que acreditam que o pagamento do programa confere-lhes posse e poder sobre o corpo das mesmas, presumindo que ao fazer uso da violência física poderão impor ou mudar condições previamente estabelecidas com as mulheres. Nesse sentido, os motivos que ocasionaram essas agressões denotam a dificuldade que as MPS tem de coibir serviços que não fora inclusos na contratação de seu programa e como esses episódios fazem com que se submetam ao que é imposto pelos clientes, fazendo com que percam sua autonomia de trabalho e do próprio corpo. A ocorrência de violência sexual não se dissocia das razões que causam as demais agressões supracitadas.

No entanto, os dados permitem indicar que esses episódios repousam sobre o pressuposto de que ao trabalharem com serviços sexuais, as MPS estão dispostas a aceitarem todo e qualquer ato violento, não como tal, mas como “parte de pacote” mesmo que não tenham sido consentidos, como: sexo oral, felações e anal. Essas circunstancias culminam com a negação de que profissionais do sexo sofram violência sexual. Devemos destacar, ainda, que mesmo quando as MPS consentem as práticas sexuais no momento do acordo com cliente e se este ao final do serviço nega-lhe o pagamento, torna-se, também, uma violência sexual. Sobre essa ótica Moreira (2009) reitera que quando uma profissional do sexo sofre violência sexual, ela é seis vezes mais violada que qualquer outra mulher porque: 1) é violentada como mulher; 2) fisicamente; 3) moralmente; 4) sexualmente; 5) profissionalmente (quando faz sexo, sua atividade profissional, contra a vontade, quando não recebe pelos serviços sexuais que prestou); 6) é mais exposta ao risco de adquirir IST, a exemplo da infecção pelo HIV/AIDS.”

No que se referem ao ambiente de trabalho em que essas profissionais atuam, estes refletem muito em sua seguridade, pois o uso de drogas e bebidas alcoólicas, presente nesses ambientes, tornam essas profissionais mais propícias a serem agredidas, haja vista que passam a fazer programa com qualquer cliente ficando submissas aos tratamentos dos mesmos. Vale ressaltar, ainda, que as MPS que são usuárias de droga passam a trabalhar em troca desse item, abrindo mão do valor em dinheiro. A troca de sexo por droga ou dinheiro sob efeito de substâncias psicoativas é uma combinação de alto risco, que pode comprometer o julgamento e a capacidade de praticar sexo seguro além da exposição aumentada a diversas formas de violência (Diehl e Figue, 2014).

Um achado interessante foi quanto ao baixo índice de violência ocorrida com mulheres que trabalham com clientes fixos e mantem sua profissão às escondidas. Isso ocorre porque a relação existentes entre ambos transpassam a de profissional-cliente e torna-se uma vinculação afetiva construída com os anos de trabalho. Desta forma, acarretando em uma estabilidade e seguridade profissional fazendo com que estas não precisem trabalhar na rua e em lugares periclitantes, diminuindo os riscos de agressões e violência no exercício de sua profissão.

É importante salientar também a falta de oficialização das denúncias pelas profissionais, isso acontece por conta do preconceito e a marginalização das instituições e autoridades públicas, principalmente os policiais, que deveriam zelar pelo bem estar e segurança como profissionais e cidadãs, acarretando em descaso, inúmeras situações de risco e de violação de direitos. Dessa forma, elas criam estratégias, as vezes em cooperação com outras MPS, para lidar com as dissidência e perigos que convivem em seu exercício profissional. Segundo Edinokova et al (2014) a violência policial contra mulheres profissionais do sexo é um fenômeno mundial e ocorre tanto onde o trabalho sexual é criminalizado quanto onde é legalizado. A confluência desses fatores tornam as mulheres mais vulneráveis a esse tipo de violência.

A prevalência de agressões por parte de policiais verificada no presente estudo mostram a naturalização da violência praticada por esses agentes, corroborando com os apontados no relatório sistematizado da Rede Brasileira de Prostitutas (2015) que apresenta as violações dos direitos humanos mais recorrentes vivenciadas por mulheres profissionais do sexo e apontou como frequentes, em todas as regiões do Brasil, a violência policial, que inclui extorsão, assédio, expulsão dos espaços públicos e violações no local de trabalho.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicam a elevada ocorrência de violência no cotidiano sofrida no ambiente de trabalho de MPS que atuam no município de Bragança e outras características associadas a realidade enfrentada por essas mulheres. Tais achados remetem a significação marginal construída historicamente sobre essa profissão e que são sustentadas até a atualidade. Esses atributos se expressam nas diversas manifestações de violência encontrada contra as participantes, denotando a visão machista dos clientes sobre as mulheres que realizam esse trabalho, onde ainda é usado da força e de agressões para submete-las aos seus desejos, o que evidencia a histórica ideia de que os pagamento confere-lhes direito de posse sobre as mesmas e que quando lhes é negado geram consequências que vão de xingamentos ao estupro contra as profissionais.

Além disso, o contexto social e econômico em que trabalham as expõe à insegurança, tendo em vista que trabalhar “nas ruas” e em prostíbulos no município, envolvidas com o uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas e, também, o número de clientes, lhes colocam em situação de risco e vulnerabilidade à violência muito maior em relação às que trabalham em anonimato e com clientes fixos que repassam confiança. No caso da segurança pública, os policiais foram indicados como agressores e repressores do trabalho dessas mulheres no município, corroborando com a ocorrência de agressões contra às mesmas e contribuindo para as condições inadequadas e inseguras em que estas profissionais estão inseridas. Tal fato obriga as mulheres profissionais do sexo a encararem a violência como um atributo de seu trabalho, sendo vítimas de agressões físicas e verbais, silenciadas de seus direitos, e refletindo a situação alarmante de violência no qual estão inseridas como profissionais e como cidadãs.

Todo esse cenário nos direciona para a urgente necessidade de estratégias e políticas de promoção social, saúde e, principalmente, de segurança das instituições governamentais do município que garantam atenção e amparo para essas mulheres que trabalham em situações de risco e vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- BELL, S. A. **A violência contra profissionais do sexo na América Latina: abrangência, impunidade e implicações.** *Direito Humanos e Bem-Estar Humanos*, v. 8, p. 132-150, 2009. Disponível em: https://scholar.google.com.br/sholar?lookup=o&q=violence+against+sex+works+in+latin+america:+pervasiveness+impunity,+and+implications+artigo&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_cite&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AF1U_8LIP_pEJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR. Acesso em: 02 Jan. 2019.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei Gabriela Leite nº 4.211 de 2012. Regulamentação da atividade de profissionais do sexo. Disponível em: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. Acesso em: 13 jun. 2018.
- DIEHL, A.; FIGLE, N. B. **Prevenção ao uso de álcool e drogas: o que cada um de nós pode fazer?** Porto Alegre: Artmed, 2014.
- DINIZ, M. I. **Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal – RN.** Natal, RN: UFRN, 2009. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.
- FRANÇA, M. **Práticas e sentidos da aprendizagem na prostituição.** *Horizontes Antropológicos*, v. 23, n. 47, p. 325-349, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000100011>. Acesso em: 27 set. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150170&idtema=16&search=Ils%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em: 02 Dez. 2018.
- LIMA, F.S. S. et al. **Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 2, e00157815, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n2/1678-4464-csp-33-02-e00157815.pdf> >. Acesso em: 13 Nov. 2018.
- MEDRONHO, R.A.; BLOCH, K.V. **Epidemiologia.** 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
- MINAYO, M.C.C. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. Revista e aprimorada.** 10. Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupação.** Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/>. Acesso em: 02 Jan. 2019.
- MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO, C. F. S. **A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades.** *Revista Latino Americana de Enfermagem*, v. 20, n. 5, p. 954-960, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000500018&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 ago. 2018.
- MOREIRA, V. D. et al. **Mulheres que não só dizem sim: violência sexual contra prostitutas na feira de Santana - Bahia.** *Revista Metáfora Educacional. Bahia*, n. 6, p. 29-41, 2009. Disponível em: http://www.valdeci.bio.br/pdf/vicente_deocleciano_moreira.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades.** *Caderno de Pesquisa em Administração*, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em 22 ago. 2018.
- ODINOKOVA, V. et al. **Police sexual coercion and its association with risky sex work and substance use behaviors among female sex workers in St. Petersburg and Orenburg, Russia.** *International Journal on Drug Policy*, v. 25, n. 1, p. 96-104, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0955395913001011?via%3Dihub>. Acesso em 14 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre saúde e violência**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/342375292/relatorio-mundial-sobre-saude-e-violencia-oms-pdf>>. Acesso em 12 jun. 2018.

PENHA, J. C. et al. **Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 65, n. 6, p.984-990, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672012000600015>. Acesso em: 28 out. 2018.

REDE BRASIELIRA DE PROSTITUTAS. **Direitos humanos e prostituição**. Disponível em: <<http://http://www.redeprostitutas.org.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

YUNES, M. A. M; SZYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-292-0

